

TRAMITAÇÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DO  
**PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO  
DE ÁREAS URBANAS  
DEGRADADAS (PRAUD-Obras)**

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. ANEXOS

## 1. Apresentação

O Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), traduz-se no apoio aos municípios em operações de reabilitação ou renovação de áreas de vocação urbana.

O programa reparte-se por dois segmentos distintos:

- O PRAUD-OBRS, financiamento de operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas, designadamente espaços públicos, edifícios com identidade histórica ou cultural, infra-estruturas e equipamentos;
- O PRAUD-GTL, financiamento de acções de preparação e/ou acompanhamento de operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas, no âmbito do qual o Estado apoia os Gabinetes Técnicos Locais (GTL) criados junto das autarquias para elaboração de estudos, projectos e planos, actos necessários e preparatórios da operação de recuperação.

A definição do quadro normativo do programa bem como a selecção das candidaturas são da responsabilidade do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR).

A gestão financeira e coordenação nacional do programa são asseguradas pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRCC) compete, por sua vez, a apreciação de candidaturas e o acompanhamento da execução física e financeira dos protocolos celebrados com os municípios.

Para esse efeito, além de contemplar as orientações definidas na legislação em vigor, esta Norma introduz diversos procedimentos que visam racionalizar e tornar mais objectivo e transparente o processo de apreciação e acompanhamento dos Projectos do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, por parte da CCDRC.

Nesta Norma sistematizam-se – sob a forma descritiva e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis, da tramitação do acompanhamento destes protocolos.

## 2. Legislação de Enquadramento

A presente Norma de Procedimentos é enquadrada pelos seguintes diplomas legais:

- **Despacho nº 1/88**, Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, de 05 de Janeiro, publicado no D.R. n.º 16, II Série, de 20 de Janeiro de 1988 – cria o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD);
- **Despacho nº 23/90**, Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, de 06 de Novembro, publicado no D.R. n.º 269, II Série, de 21 de Novembro de 1990 – consolida regras de atribuição de financiamento e de acompanhamento dos projectos no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas;

### 3. Tramitação dos Processos

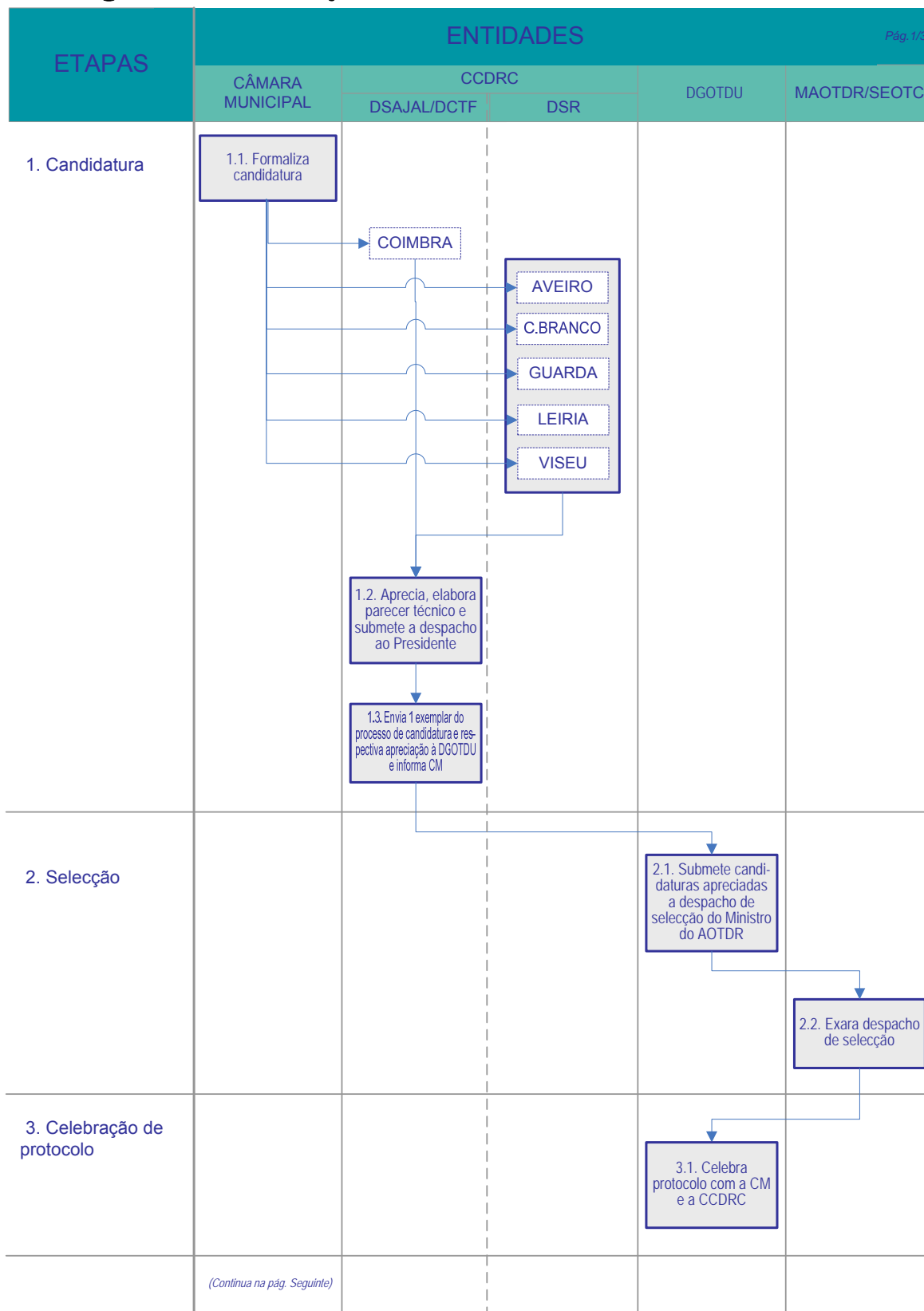
Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideram-se as principais etapas e passos da tramitação dos protocolos dos municípios da Região Centro, no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas na vertente Obras, acompanhados pela CCDRC. A numeração adoptada refere-se a cada etapa e passo do fluxograma, que se apresenta no ponto 4 desta Norma.

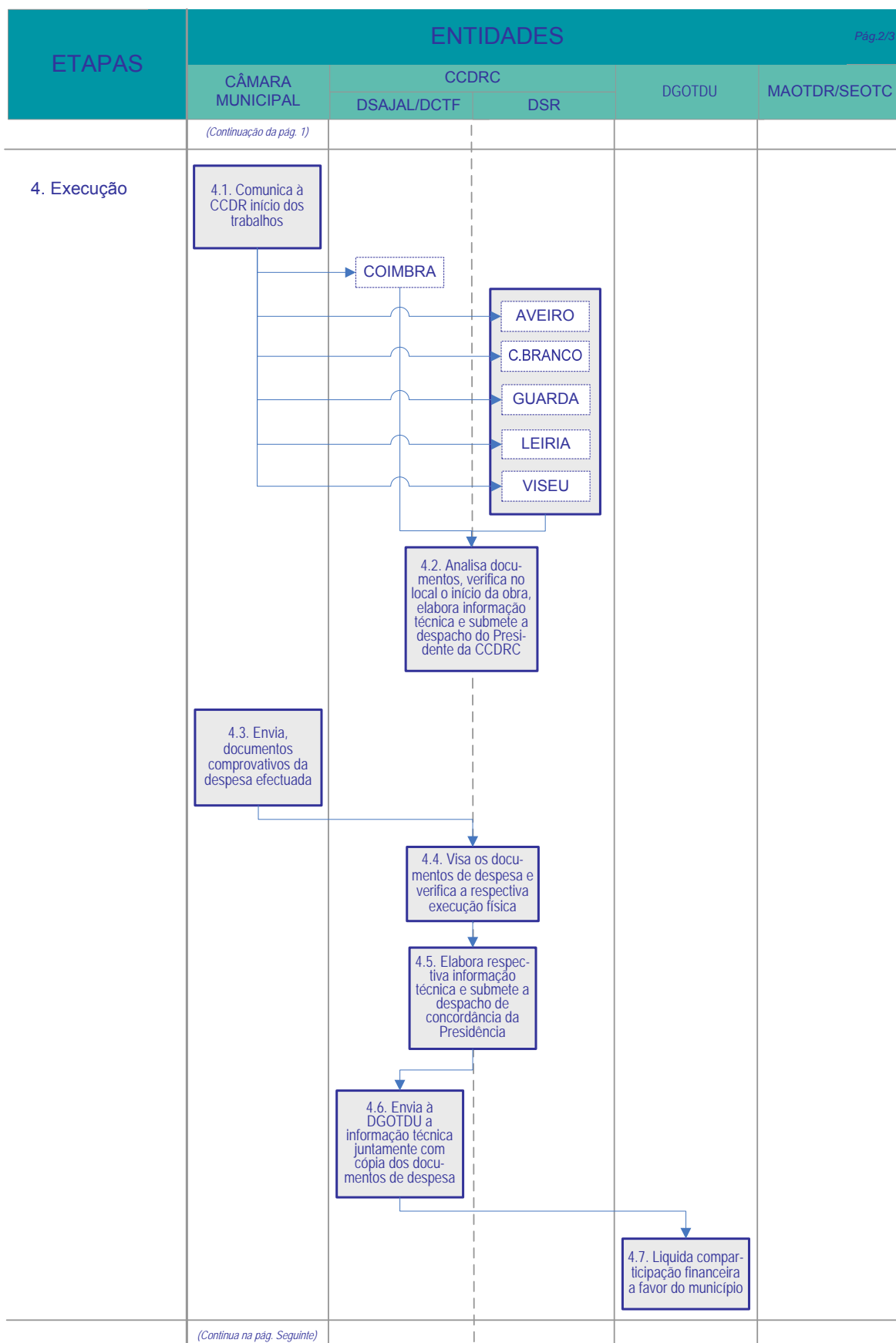
ENQUADRAMENTO LEGAL	ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO
<p><a href="#"><u>Despacho n.º 23/90.</u></a> <a href="#"><u>SEALOT</u></a></p>	<p><b>1. Candidatura</b></p> <p>1.1. A Câmara Municipal (CM) formaliza candidatura mediante requerimento dirigido ao Presidente da CCDRC, até 31 de Março de cada ano, documentada com os elementos descritos no anexo 1.1.</p> <p>1.2. A CCDRC (DSAJAL/DCTF) aprecia e elabora parecer técnico sobre cada candidatura recepcionada, sendo a informação técnica submetida a despacho de concordância do Presidente da CCDRC.</p> <p>1.3. A CCDRC (DSAJAL/DCTF) envia 1 exemplar do processo de candidatura e respectiva apreciação à DGOTDU e informa a CM.</p> <p>Nota: Não são candidatáveis operações conforme identificadas no Anexo 1.2.</p>
<p><a href="#"><u>Despacho n.º 23/90.</u></a> <a href="#"><u>SEALOT</u></a></p>	<p><b>2. Selecção</b></p> <p>2.1. A DGOTDU submete as candidaturas apreciadas pela CCDRC a despacho de selecção do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, sem prejuízo de delegação no Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.</p> <p>2.2. O Ministro (ou o SEOTC) exara despacho de selecção que é comunicado a todas as entidades envolvidas (DGOTDU, CCDRC e Câmara Municipal).</p> <p>Nota: Os processos das candidaturas não seleccionadas são arquivados, sem prejuízo dos elementos neles constantes, se actuais, poderem ser recuperados para instruir novas candidaturas, se for esse o interesse expresso da Câmara Municipal.</p>

<p><a href="#"><u>Despacho n.º 23/90.</u></a> <a href="#"><u>SEALOT</u></a></p>	<p><b>3. Celebração de protocolo</b></p> <p>3.1. Para as candidaturas seleccionadas é celebrado protocolo entre a DGOTDU, a CCDRC e a Câmara Municipal.</p> <p>Nota: Na redacção do texto do protocolo constam as obrigações e direitos das partes contratantes, a identificação das finalidades e objecto do protocolo, estrutura de acompanhamento e condições para a resolução do protocolo.</p>
<p><a href="#"><u>Despacho n.º 23/90.</u></a> <a href="#"><u>SEALOT</u></a></p>	<p><b>4. Implementação PRAUD - Obras</b></p> <p>4.1. A Câmara Municipal comunica à CCDRC (DSAJAL ou DSR) o início dos trabalhos mediante o envio dos elementos documentais referidos no Anexo 3.1.</p> <p>4.2. Analisa documentos, verifica no local o início da obra, elabora informação técnica e submete a despacho do Presidente da CCDRC</p> <p>4.3. A Câmara Municipal envia para a CCDRC (DSAJAL ou DSR), documentos comprovativos da despesa efectuada.</p> <p>4.4. A CCDRC (DCTF ou DSR) visa os documentos de despesa e verifica a respectiva execução física conforme descrito no Anexo 3.2.</p> <p>4.5. A CCDRC (DCTF ou DSR) elabora respectiva informação técnica, a qual é submetida a despacho de concordância do Presidente da CCDRC.</p> <p>4.6. A CCDRC (DSAJAL/DCTF) envia à DGOTDU a informação técnica juntamente com fichas de despesa e declaração de fontes de financiamento (modelos 1; 2; 3)</p> <p>4.7. A DGOTDU liquida comparticipação financeira a favor do município.</p>
<p><a href="#"><u>Despacho n.º 23/90.</u></a> <a href="#"><u>SEALOT</u></a></p>	<p><b>5. Alterações ao Protocolo</b></p> <p>5.1. A CM deve formalizar junto da CCDRC (DSAJAL ou DSR) pedido de eventuais alterações ao protocolo devidamente fundamentadas e justificadas.</p> <p>5.2. A CCDRC (DCTF ou DSR) analisa pedido de alteração e elabora parecer técnico que submete a despacho de concordância do Presidente da CCDRC.</p> <p>5.3. A CCDRC (DSAJAL/DCTF) remete o pedido de alteração à DGOTDU (Anexo 3.3).</p> <p>Notas:</p>

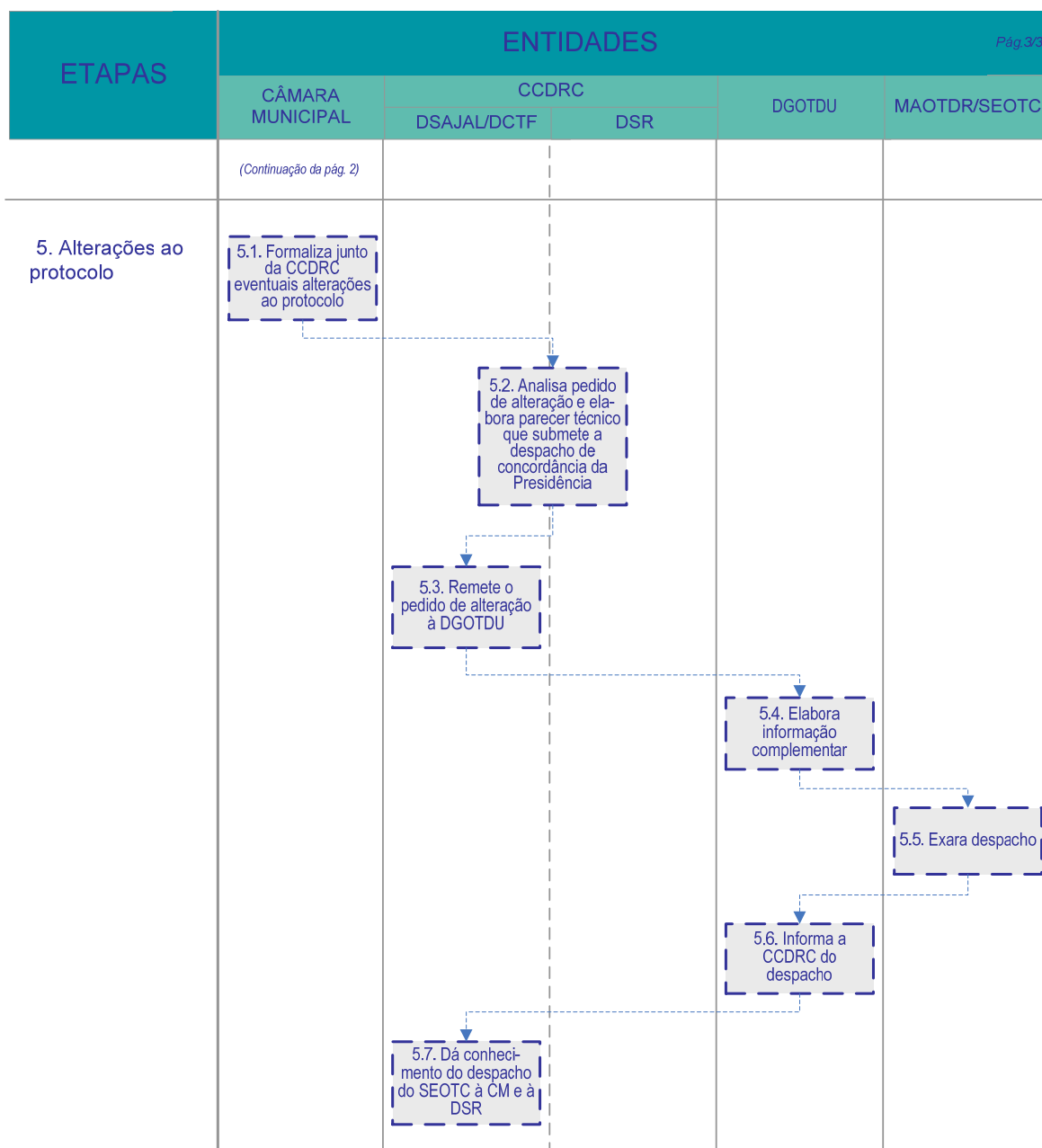
<p><a href="#"><u>Despacho n.º 23/90.</u></a> <a href="#"><u>SEALOT</u></a></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A DGOTDU elabora informação que submete a despacho do MAOTDR ou SEOTC</li> <li>2. A boa execução do protocolo pressupõe, nomeadamente, a não verificação das situações descritas no Anexo 3.3.</li> </ol> <p>5.4. A DGOTDU elabora informação complementar e remete a despacho ao SEOTC.</p> <p>5.5. O SEOTC exara despacho.</p> <p>5.6. A DGOTDU informa a CCDRC do despacho do SEOTC.</p> <p>5.7. A CCDRC (DSAJAL/DCTF) dá conhecimento à CM e à DSR.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

#### 4. Fluxograma da Tramitação









## 5. Anexos

### Anexo 1

#### Candidatura ao PRAUD-Obras

##### 1.1. Elementos para formalização de candidatura ao PRAUD

(com base nos n.ºs 5.º e 22.º, do Despacho n.º23/90, SEALOT, de 06 de Novembro)

O município deve entregar junto da CCDRC dois exemplares do processo de candidatura, dos quais constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Justificação da operação;
- b) Delimitação da área proposta para a operação, com indicação genérica do seu significado urbanístico, bem como do seu estado de degradação (com plantas de localização à escala 1:5000 e 1:2000);
- c) Levantamento fotográfico da área de intervenção;
- d) Condicionamento da operação, carências de equipamento, necessidade de renovação ou construção de infra-estruturas e existência de espaços ou edifícios não utilizados;
- e) Pareceres vinculativos de outras entidades com jurisdição na área de intervenção proposta
- f) Descrição técnica da operação, preferencialmente fundamentada num plano de pormenor plenamente eficaz, abrangendo a área a intervencionar, incluindo projectos de reabilitação de espaços comuns e de recuperação de edifícios, cronograma das acções e respectivo orçamento plurianual, com discriminação daquelas que ficarão a cargo da autarquia;
- g) Programa para o realojamento, temporário ou definitivo, dos ocupantes dos fogos a recuperar;
- h) Política de gestão e afectação dos imóveis a recuperar que sejam da propriedade do município.

##### 1.2. Operações não candidatáveis

(com base nos n.ºs.3.º e 6.º, do Despacho n.º23/90, SEALOT, de 06 de Novembro)

- a) Recuperação de edifícios ou das partes de edifícios que se destinem a venda ou aluguer para actividades industriais, comércio ou serviços ou a venda para fins habitacionais;
- b) Requisições ou expropriações totais ou parciais de prédios;
- c) Operações que consistam exclusivamente na recuperação de um edifício;
- d) Operações de recuperação ou de reabilitação já executadas na área de intervenção proposta em anterior candidatura.

## Anexo 2

### Financiamento

#### 2.1. Comparticipação financeira PRAUD - Obras

(n.ºs 2.º e 15.º do Despacho n.º 23 /90, SEALOT, de 06 de Novembro)

- Comparticipação máxima de 25% nos encargos da Câmara Municipal com a operação de reabilitação ou renovação de área urbana degradada seleccionada, podendo ser estabelecido, em sede de protocolo, um valor limite de financiamento;
- Não são comparticipáveis os encargos resultantes de erros e omissões, de altas de praça, revisões de preços e de realização de trabalhos a mais;

## Anexo 3

### Implementação do PRAUD - Obras

#### 3.1. Documentos comprovativos do início da obra

- a) Auto de consignação da obra;
- b) Deliberação camarária de adjudicação da obra;
- c) Contrato de empreitada celebrado;
- d) Lista de preços unitários anexa ao contrato;

#### 3.2. Acompanhamento físico e financeiro dos projectos

- análise documental dos autos de medição apresentados pela Câmara Municipal, juntamente com as facturas, ordens de pagamento e recibos, ao nível do acompanhamento da execução financeira dos projectos;
- realização de visitas técnicas ao local dos empreendimentos para confirmação do ponto de situação na execução dos trabalhos.

#### 3.3. Alterações ao protocolo

- Eventuais alterações ao protocolo deverão ser sempre formalizadas pela Câmara Municipal junto da CCDRC, para efeitos de acordo prévio;
- Ocorrendo desactualização dos calendários de realização das acções por alteração das condições necessárias à sua execução, deve o município, em tempo útil, solicitar prorrogação do período de comparticipação financeira à CCDRC;

Nota: Todos os pedidos de prorrogação carecem de autorização do membro do Governo com tutela nesta área.

- A programação financeira aprovada é sempre renegociável, mas o novo escalonamento só produzirá efeitos no ano seguinte ao da sua aprovação, a menos que esta se verifique até 31 de Maio (de acordo com n.º 14, do Despacho n.º 23/90, SEALOT, de 06 de Novembro).

## Anexo 4

  
MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DAS CIDADES  
DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

**PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS  
VERTENTE OBRAS**

**PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO Nº. \_\_\_\_\_**

**1 - Identificação do investimento**

Código do PROCESSO \_\_\_\_\_  
Designação do projecto \_\_\_\_\_

**2 - Entidade executora**

Designação da Autarquia Local: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Pessoa a contactar: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

**3 - Despesa elegível justificada e participações**

1. Montante de despesa justificada em pedidos anteriores	_____
2. Montante de despesa justificada neste pedido	_____
3. Montante total da despesa justificada [(1)-(2)]	_____
4. Montante total da receita arrecadada/a arrecadar de outras fontes <sup>*)</sup>	_____
5. Montante total da despesa elegível a participar pela DGOTDU [(3)-(4)]	_____
6. Montante total da contrapartida suportada/a suportar pela Autarquia	_____
7. Montante de participação solicitada em pedidos anteriores	_____
8. Montante do presente pedido de participação [(5)-(6) de Participação] - (7)	_____
9. Montante já recebido	_____

\*) Especificar em quadro anexo a elaborar pelo beneficiário  
Nota: valores com IVA incluído se elegível para efeitos de participação

**4 - Confirmação pela Entidade Executora**

Solicito o pagamento da participação referido no ponto 3.8 e declaro que a verba justificada se refere a despesas efectivamente pagas e ao investimento aprovado, que não corresponde a alterações do projecto contratualizado nem a trabalhos fora da sua caracterização.

Mais se declara que as fontes de financiamento da despesa justificada não foram objecto de qualquer alteração, face ao que se encontra contratualizado com a DGOTDU, pelo que a estrutura de financiamento se mantém inalterada.

Assinatura e carimbo <sup>(\*)</sup> \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

(\*) Pessoa(s) com capacidade para obrigar juridicamente a entidade

**5 - Parecer da CCDD**

Data de entrada \_\_\_\_\_ Data de verificação \_\_\_\_\_

Analisada a despesa justificada pela Entidade, aientas as condições contratualizadas ao abrigo da legislação que regulamenta o PRAUD-Obras e demais orientações nesta matéria, conclui-se o seguinte:

a. O montante total da despesa elegível justificada, deduzidos outros financiamentos	_____
b. O montante total da participação devida pelo Estado	_____
c. O montante total da participação verificadas em anteriores pedidos de reembolso	_____
d. Valor da participação devida e justificada neste pedido [(b)-(c)]	_____

Assinatura \_\_\_\_\_

Observações \_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DAS CIDADES  
DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

## PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS VERTENTE OBRAS

LISTA DOS DOCUMENTOS DE DESPESA DO PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO Nº.

1 - Identificação do investimento  
Código do PROCESSO  
Designação do projecto

2 - Despesa justificada e comparticipação solicitada

Unidade: euros

Estrutura das fontes de financiamento da despesa efectiva justificada																				
Ação	Adjudicatário/Fornecedor	Pedido nº.	Auto de medição		Factura		Recibo		Ordem de pagamento		Valor da despesa paga (IVA incluído)	IVA (resarcido/a resarcir pelo Beneficiário)	Despesa efectiva justificada (14)-(12)-(13)	Fundos Comunitários		Outros financiamentos		Autarquia	PRAUD-OBRAS (DGOTDU)	
			Nº.	Data	Nº.	Data	Nº.	Data	Nº.	Data				Designação <sup>1)</sup> .O.	Valor da participação	Designação Organismo	Valor da participação		Taxa de compart.	Valor da participação (21)-(14)+(16)-(18)+(20)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)-(12)-(13)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)-(14)+(16)-(18)+(20)
													0,00							0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
	Total parcial da acção										0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
	Total parcial da acção										0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
	Total parcial da acção										0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
													0,00							0,00
	Total parcial da acção										0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00
Total geral											0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00

### 3 - Apuramento da despesa efectiva

#### 4 - Confirmação pela Entidade Executora

1. Montante da despesa realizada (IVA incluído)
2. Montante do IVA ressarcido pelo Beneficiário
3. Montante da despesa elegível justificada para comparticipação [(1)-(2)]
4. Montante total da despesa elegível a comparticipar pela DGOTDU
5. Montante de comparticipação solicitada em pedidos anteriores
6. Montante do presente pedido de comparticipação

Assinatura e carimbo (\*)

### Data

(\*) Presentes com capacidade para obter julgamento a entidade

(1) - Acções componentes da intervenção aprovada

Modelo 2 - Pedido de Comparticipação PRAUD-Obras

## Anexo 6



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DAS CIDADES  
DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

### PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS VERTENTE OBRAS

#### DECLARAÇÃO

##### 1 - Identificação da intervenção

Designação do projecto \_\_\_\_\_ Código da PROCESSO \_\_\_\_\_ Aprovado em: \_\_\_\_\_

##### 2 - Estrutura de financiamento das acções componentes da intervenção aprovada

Unidade: euros

Acções componentes da intervenção aprovada		Estrutura das fontes de financiamento aprovadas					
N.º	Designação	Montante do investimento aprovado	Fundos Comunitários		Outros financiamentos		PRAUD-OBAS (DGOTDU)
			Designação do P.O.	Valor da participação	Designação do Organismo	Valor da participação	
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
Total		0,00		0,00		0,00	0,00

##### 3 - Nova estrutura de financiamento das acções componentes da intervenção (se aplicável)

Unidade: euros

Acções componentes da Intervenção aprovada			Montante do Investimento elegível actual	Estrutura das fontes de financiamento actual				
N.º	Designação	Fundos Comunitários		Outros financiamentos		Autarquia	PRAUD-OBRAS (DGOTDU)	
		Designação do P.O.		Valor da participação	Designação do Organismo			Valor da participação
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
Total		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00

##### 4 - Declaração da Entidade Executora

Para os devidos efeitos se declara que a estrutura de financiamento do Projecto, em epígrafe, financiado pela DGOTDU, se mantém inalterada / foi alterada de acordo com o ponto 3 (riscar o que não interessa).

Assinatura e carimbo (\*)

Data

(\*) Presença de carimbo necessário para efeitos de participação e entidade.



AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS

EMPREITADA:  
Dono da Obra:  
Empreiteiro:

Auto nº

Data  
/ /

Fl. nº /

Quantidades de trabalho				Descrição do artigo	Preços (€)				
anterior acumulado	presente	total	previsto		Unitário	anterior acumulado	presente	total	previsto

Totais				
--------	--	--	--	--

Importa o presente Auto de Medição nº1 em \_\_\_\_\_ € ( \_\_\_\_\_ euros) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

O representante do adjudicatário

O representante do Dono da Obra